

Dinheiro.

Funpres: hoje pode ter votação Texto do Fundo de Previdência Complementar de Servidores Públicos pode ir a plenário do Senado. Ontem, projeto passou pelo CAE.

EDITORA:
ELAINE SILVA
ecferreira@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8327
agazeta.com.br/dinheiro
gazetadinheiro

“A proposta da equipe econômica não produz resultado. É engodo, falácia”

RICARDO FERRAÇO SENADOR

FUNDAP RESISTE MUDANÇA NÃO SERÁ COMO O GOVERNO QUER

Ferraço pedirá arquivamento, e senadores preparam emendas

▲ RONDINELLI TOMAZELLI
rtomazelli@redgazeta.com.br

À parte da negociação do Espírito Santo com o Ministério da Fazenda, o senador Ricardo Ferraço vai pedir hoje a rejeição e o arquivamento do projeto de resolução do Senado (PRS 72/2010) que iguala em 4% o ICMS interestadual sobre importação e impõe o Fundap.

Relator da matéria na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o senador divulgou ontem seu relatório seguindo ritos regimentais de apresentá-lo um dia antes da audiência, e também porque o presidente do Senado, José Sarney, ameaça pedir votação em urgência.

Ferraço reafirma a inconstitucionalidade da matéria e que nunca foi procurado pelo governo federal para acordo. De todo modo, senadores devem fazer já hoje uma série de emendas ao projeto, desde a transição gradual da redução da alíquota até a exclusão de itens “incentivados”. A informação vem do governo estadual.

Há a hipótese de o parecer de Ferraço não ser seguido, dada a maioria governista que quer aprovar logo o texto. Com isso, emendas já estariam a caminho. Segundo avaliações, a ideia é votar a resolução já com as emendas,



Ferraço, primeiro à esquerda, apresentará seu relatório na CCJ do Senado

Parecer do senador hoje vai insistir na ilegalidade do plano

▲ O governo Dilma Rousseff (PT) quer eliminar os incentivos para acabar com a guerra dos portos entre Estados e inibir importações, mas o senador Ricardo Ferraço frisa que incentivos estaduais não aumentam importações.

Além disso, diz, o Senado não tem prerrogativa constitucional para legislar sobre incentivos fiscais por resolução — só poderia

fazê-lo por lei complementar aprovada também na Câmara.

Para Ferraço, “é difícil falar” sobre as propostas que a Fazenda negocia, como redução gradual da alíquota de 12% até chegar a 4% e exclusão de itens (como derivados do aço, têxteis e polietileno) da lista de produtos “incentivados” pelos sistemas estaduais de atração de empresas de

comércio exterior.

Em reunião com empresários na semana passada, Dilma teria reiterado novamente apoio à resolução.

Senadores como Walter Pinheiro (PT) e Romero Jucá (PMDB) já disseram que o único caminho é o Estado fechar compensações com a Fazenda porque a aprovação do projeto de resolução é inegociável pelo governo federal.

beneficiando os Estados prejudicados pelo rombo da medida, como Espírito Santo e Santa Catarina.

Uma delas, do senador Luiz Henrique (SC), limita a redução da alíquota de 12% para 8%. Na CCJ, Antônio Carlos Valadares (SE) deve propor transição de oito anos com redução gradual de 1% ao ano até 2020; e que a mudança da alíquota não alcance nenhum modelo estadual de incentivo anterior a 1º de janeiro de 2007, o que livra o Espírito Santo.

Lídice da Mata (BA) deve propor o mesmo na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Paralelamente, a secretaria de Fazenda Estadual negocia com técnicos do Ministério da Fazenda a redução gradual.

O secretário Maurício Duque terá uma reunião hoje em Cuiabá com secretários de Fazenda dos Estados e representantes do ministério. “Há aceitação por parte dos técnicos, mas quem bate o martelo é a presidente Dilma”.

Hoje, os membros da CCJ podem aprovar ou rejeitar de imediato o relatório de Ferraço ou até pedir vista do parecer. Em caso de rejeição, será designado um relator do vencido na CCJ — da ala governista — e o texto seguirá à CAE. Se acatado, a resolução será arquivada em definitivo.

Royalties: bate-boca e indefinição

▲ Um impasse dentro da bancada do Rio e entre Estados produtores e não produtores adiou ainda mais a votação dos royalties do petróleo na Câmara. O relator do projeto de lei do senador Vital do Rêgo na comissão, Carlos Zarattini (PT-SP), volta a reunir o grupo só no dia 10 de abril.

Além disso, o relator só fechará o parecer depois de buscar apoio da Fazenda para que o governo federal ceda de 42,6% para 40% da participação especial (PE) que hoje lhe cabe, como propõe o deputado Marcelo Castro (PI). “Tentaremos votar até na primeira quinzena de maio”, disse o petista.

Na reunião de ontem, de quase três horas e de bate-boca, a bancada dos não produtores recuou: exige mexer em contratos já celebrados. De todo modo, a proposta mais discutida é a de Anthony Garotinho (RJ), que envolve campos já licitados, mas esbarra na oposição de seus colegas do Rio, do Espírito Santo e do governador fluminense Sérgio Cabral, de quem é adversário.



panoramapolitico@oglobo.com.br

**ILIMAR
FRANCO**

Subalterno

Com dois temas relevantes para serem votados, a Lei Geral da Copia e o Código Florestal, o presidente da Câmara, Marco Maia (PT-RS), e os líderes aliados chegaram à conclusão de que pegaria muito mal para a Casa esperar a presidente Dilma voltar do exterior para retomar as votações, como havia sido anunciado. Os mais experientes dizem que o Congresso sempre se submeteu aos governos que formam maioria, mas que, no passado, havia a preocupação de salvar as aparências.

A posição do relator do Código Florestal

Relator do Código Florestal, o deputado Paulo Piau (PMDB-MG) fechou sua proposta e adotou como linha a posição do ministro Mendes Ribeiro (Agricultura). No artigo 1º, que trata da função de propriedade rural, vai retomar o texto aprovado pela Câmara, pois o texto do Senado fere a Lei Complementar 98. Assim, a função será produzir alimentos, e não preservar o meio ambiente. No artigo 62, vai ficar com o texto do Senado, rejeitando os incisos 5, 7, 13 e 14. Essa condução desagradou a ministra Izabella Teixeira (Meio Ambiente) e também os ruralistas mais radicais. Numa reunião reservada, Mendes Ribeiro manifestou otimismo: "Nunca estivemos tão perto de um acordo".

Bola com Sarney

Contrariando a resolução que impede a participação seguida na Comissão do Orçamento, o PSD indicou seus únicos senadores, Sérgio Petecão (AC) e Kátia Abreu (TO), como membros novamente. Está

“Não foi vitória acachapante. Melhor assim, não humilha ninguém”

Alberto Goldman, vice-presidente do PSDB, sobre o desempenho de José Serra nas prévias



RICARDO STUCKERT/INSTITUTO LULA/06-03-2012

JEITO

O ex-presidente Lula tem se mostrado preocupado com a tensão crescente entre a presidente Dilma e o Congresso. Ele não questiona suas decisões, mas sim a metodologia. Lula tem repetido a aliados que ela poderia fazer as mesmas coisas, mas de outra forma. O ex-presidente considera a truculência de Dilma desnecessária. Um exemplo recente foi o processo de troca dos líderes do governo na Câmara e no Senado.

sendo questionado pelo PT.

Modus operandi

Sobre o congelamento da receita do Rio com royalties no patamar de 2011, o deputado Anthony Garotinho (PR-RJ) propõe a correção desse valor por um indexador. Os não produtores defendem a conversão em barris de petróleo.

Fim da guerra fiscal

A pedido do governo, o senador Armando Monteiro (PTB-PE) apresentará hoje, na CCJ, um voto em se-

VICE-PRESIDENTE
da Câmara, Rose de Freitas (PMDB-ES) está uma arara por causa da demissão do assessor da diretoria-geral da ANP Fernando Câmara.

PLANO B

Além de Luiza Erundina, o advogado Pedro Dallari é citado por dirigentes do PSB como opção para disputar a Prefeitura de São Paulo.

DUPLA JORNADA

Enquanto tentava desatar o nó na Câmara, a ministra Ideli Salvatti dividia suas preocupações com o nascimento da neta, quinta-feira passada, em Santa Catarina. "E eu aqui, naquela semana simples", disse ela ontem, em um fórum sobre saúde da mulher.

parado a favor do projeto de unificação do ICMS para produtos importados, contrariando o governador Renato Casagrande (ES). O parecer do relator, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), é contrário. E os outros Estados se opõem à proposta feita por Casagrande de um período de transição. Como compensação, o Estado deve receber cerca de R\$ 3 bi em antecipação de royalties e linhas de financiamento para obras de infraestrutura.

Ex-biónico

O PMDB substituiu o ex-senador

Wilson Santiago (PMDB-PB) pelo senador Luiz Henrique (PMDB-SC) no Parlamento do Mercosul. Santiago tomou posse no Parlasul após ter perdido o mandato para Cássio Cunha Lima (PSDB-PB).

Racha

A bancada do PSB no Senado se dividirá na votação do Funpresp. A líder, Lídice da Mata (BA), e Antonio Carlos Valadares (SE) votarão a favor, enquanto João Capiberibe (AP) será contra. Rodrigo Rollemberg (DF) ainda é dúvida.

EM SÃO PAULO

Bate-boca e pancadaria entre parlamentares

SÃO PAULO

Dois vereadores da Câmara de Itatinga, cidade do interior paulista, trocaram socos durante uma sessão realizada na noite de segunda-feira.

Antônio dos Santos Barbosa (PP), o Quati, e Julio Aparecido Fogaça (PT) se desentenderam depois da votação de requerimentos com duas denúncias, uma

DIVULGAÇÃO



A troca de socos na Câmara foi filmada

para afastar o prefeito Ailton Fernandes Faria (PSDB) e outra para afastar o próprio Fogaça, por gastos excessivos com adiantamento de viagens.

As denúncias foram rejeitadas. Durante a fala de Quati, houve uma interrupção feita por Fogaça. Eles se agarraram e trocaram socos, e só foram separados pela Polícia Militar.

Josué de Sá e José Gava são acusados de fraudes para receber diárias de viagens

EDNALVA ANDRADE
eandrade@redgazeta.com.br

A 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado (TJES) negou recurso e manteve a condenação do vereador afastado e preso de Nova Venécia Josué de

Sá Rodrigues (PDT) e do ex-presidente da Câmara José Elias Gava.

Eles são acusados de fraudar notas fiscais para receber indenização por diárias já pagas pelo Legislativo, entre 2003 e 2004, quando Gava era o presidente e Josué o secretário-geral da Casa.

O TJES já havia reduzido a pena prevista em sen-

tença de primeiro grau. Ontem, os desembargadores negaram novo recurso.

Eles foram condenados a ressarcir o valor recebido indevidamente, a perder a função pública e pagar multa. O pedetista também terá os direitos políticos suspensos por oito anos e Gava fica proibido de contratar com o Poder Público por cinco anos.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Mantida condenação de 2 vereadores de Nova Venécia

ENTREVISTA

Maílson da Nóbrega

“O governo federal só está cedendo ao lobby da Fiesp”

Ex-ministro condena obsessão pelo fim de incentivos como o Fundap e prevê que medida concentrará ainda mais a riqueza em São Paulo



Porto de Santos: mais cargas e recursos

4 **ABDO FILHO**
afilho@fiegazeta.com.br

“É muito duvidosa essa ideia de que são os incentivos do ICMS criados por alguns Estados para importações por seu território (o Fundap entre eles) que alavancam as importações. Acabar com eles terá um resultado desprezível, mais do que isso, o Brasil tem mais a perder do que a ganhar. O governo federal cede à pressão do lobby da indústria, principalmente a Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo)”.

Essa é a opinião do ex-ministro da Fazenda Maílson da Nóbrega sobre a resolução 72/2010, que pretende unificar o ICMS das importações em 4% nos Estados, pondo fim ao Fundap e colocando em risco à saúde financeira do Espírito Santo.

VIDA OU MORTE

“A indústria que importa recorre ao benefício pela necessidade de mudar sua cadeia de suprimentos. É uma forma de lidar com a perda alarmante de sua competitividade, provocada por problemas estruturais graves do Brasil, como alta carga tributária, falta de infraestrutura, excesso de burocracia e legislação trabalhista arcaica. Ou mudam, comprando mais barato, ou não preservam o mínimo de competitividade e morrem”, pondera Maílson.

Para o ex-ministro, o fim do incentivo deslocará as mercadorias para outros portos, particularmente o

de Santos, que já está congestionado. Haverá uma piora na logística, que impactará custos das empresas e reduzirá a competitividade das que exportam. “Não há dúvidas de que os importados continuarão mais baratos do que os nacionais, a não ser que o governo esteja pensando em fechar novamente o país, espero que não esteja na pauta. A diferença é que, ao invés de eles entrarem por Espírito Santo e Santa Catarina, onde o benefício supera os custos de transporte, entrarão por Santos. Essa mudança concentrará ainda mais a riqueza em São Paulo e empurrará a nossa já precária infraestrutura mais um pouco para baixo”.

CONTA EQUIVOCADA

Maílson da Nóbrega afirma que a decisão das empresas não tem nada a ver com guerra fiscal. “Elas buscarão o benefício se o incentivo fiscal superar o custo adicional de transporte, considerado o porto pelo qual importaria naturalmente. Está equivocadamente, assim, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, que considera apenas o ganho fiscal para calcular que o incentivo reduz a taxa de câmbio, de R\$ 1,80 para R\$ 1,64 por dólar”.

No dia 20 de março, em audiência no Senado, Barbosa comparou os incentivos fiscais para importação de bens e serviços a uma desvalorização cambial. De acordo com ele, com o benefício, incide so-

bre os produtos importados alíquota média de 9% de ICMS nas transações interestadual, enquanto sobre um produto fabricado no Brasil essa alíquota chega a ser de 18% (12% no Estado de origem mais 6% no de destino).

TEMPO PERDIDO

Na avaliação do ex-ministro, ao se desgastar dessa maneira, o governo federal perde a oportunidade de fazer uma reforma tributária decente.

“O ICMS, da maneira como está, com cada Estado tendo uma legislação, é insalvável. A guerra fiscal não é boa, produz muitas distorções, é preciso mudar o sistema todo, não só a parte das im-

portações, como quer o governo federal. Brigando apenas contra isso, há desgate com governadores e no Congresso; depois, não haverá ambiente para algo mais amplo”.

Nóbrega defende o restabelecimento dos princípios da reforma tributária de 1965, que dava pouca margem de manobra aos Estados na hora de alterar as regras do ICMS. “Desde 1988, os Estados fizeram de tudo com o ICMS, agora, com guerra fiscal e substituição tributária, a situação acabou incontornável”.

Politicamente o governo também não sairá ileso. “Sem a segurança de que serão compensados, os Estados provavelmente conseguirão que seus senadores votem contra a medida, mesmo que per-

IMPACTOS

Além de não resolver os problemas, a União se verá no meio de um imbró-

glio financeiro. “Provavelmente o governo terá que se comprometer a criar um fundo de desenvolvimento regional para compensar a perda do instrumento de atração de investimentos pelos Estados. Alguns reivindicam que seja de pelo menos R\$ 20 bilhões. Qualquer que seja o valor, mesmo que instituído, os deixará descontentamentos”.

Além de não resolver os problemas, a União se verá no meio de um imbró-

ABR